

Um livro de oração para um rei navegador



“Temos aqui 22 iluminuras, e isso é como ter uma pequena sala de exposições com 22 pinturas que nunca tínhamos visto”, diz a investigadora Delmira Custódio

O Livro de Horas de D. João II, descoberto numa colecção particular, está agora a ser estudado. Encomendado pelo *Príncipe Perfeito*, que antes de ser rei já se ocupava da exploração marítima, tem um calendário a ela adequado



Área: 1289cm² / 68%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6809609

História Lucinda Canelas

Um homem muito inteligente, de uma perspicácia extraordinária e com um apurado sentido político. Profundamente religioso, como era comum entre os monarcas europeus do seu tempo, sabia rodear-se de bons conselheiros e tinha uma personalidade fortíssima, que não deixava indiferentes aqueles que com ele conviviam, pelo menos a avaliar pelos relatos que do seu reinado fazem secretários e cronistas. “Pelo que nos contam Garcia de Resende e outros, podemos dizer que as pessoas ficavam impressionadas com o rei e consideravam um privilégio privar com ele”, diz o historiador Francisco Contente Domingues, ao concluir um retrato sumário de D. João II, o *Príncipe Perfeito*, figura decisiva do projecto de exploração marítima português na

segunda metade do século XV. Antecessor de D. Manuel I, o monarca a quem a maioria associa os Descobrimientos, D. João II (1455-1495) foi um homem-chave na chamada primeira globalização, tendo chegado a ver Bartolomeu Dias contornar o Cabo da Boa Esperança em 1488, ligando os oceanos Atlântico e Índico e deixando aberto o caminho marítimo para a Índia passando pelo sul do continente africano, trajecto cumprido pela primeira vez por Vasco da Gama pouco depois da morte do monarca (1497-98). É por estas e por outras razões que a identificação de qualquer documento potencialmente associado a D. João II suscita a curiosidade dos historiadores e em se tratando, como aqui, de um Livro de Horas, também dos historiadores de arte. Foi em meados de Março que o semanário *Expresso* noticiou que

investigadores do Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Universidade Nova de Lisboa (UNL) tinham identificado em Setembro do ano passado e numa colecção particular portuguesa aquele que acreditavam ser o Livro de Horas do *Príncipe Perfeito*. Este tipo de livro tão ao gosto das elites dos séculos XV e XVI, por regra ricamente ilustrado com iluminuras da vida de Cristo, da Virgem Maria e dos santos, foi criado no século VIII e destinava-se à devoção privada dos leigos (crentes não religiosos). Incluía, para isso, um calendário anual de festas

“**Não é habitual ter num livro de devoção privada**

um calendário com informação astronómica [certa]

Henrique Leitão

Historiador de ciência litúrgicas e salmos, e organizava o ritual das orações ao longo do dia, atribuindo-lhes horas, ou melhor, momentos específicos.

Tendo todas estas características gerais que o equiparam a um comum Livro de Horas, o que está agora a ser estudado por uma equipa multidisciplinar que reúne, entre outros, investigadores do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova (Maria Adelaide Miranda, Delmira Espada Custódio e Carlos Manuel Pereira Fontes), do Centro Interuniversitário de História das Ciências (Henrique Leitão e José Madruga Carvalho) e do de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras (Aires Augusto Nascimento), ambos da Universidade de Lisboa, é absolutamente singular.

“Verdadeira raridade”

Com 115X80mm (formato de bolso), executado em velino, com mais de 200 fólios e 22 iluminuras de página inteira (faltam apenas uma), é uma “verdadeira raridade”, porque foi encomendado por um rei, está escrito em latim e português, inclui um “calendário de rigor científico” e, ao que tudo indica, é de produção nacional, explica Delmira Custódio. A juntar a tudo isto está o facto de o dito calendário ter sido feito por D. Diogo Ortiz de Vilhegas (nome aporuguesado), um matemático e prelado castelhano que chegou ao país em 1476 na comitiva da princesa D. Joana, a sobrinha e segunda mulher de Afonso V, e que viria a desempenhar importantes funções na corte de outros dois reis de Portugal, D. João II e D. Manuel I.

“Vilhegas é um grande cosmógrafo, um astrónomo, a trabalhar numa corte que é um epicentro das navegações”, diz esta investigadora na área da história de arte que se especializou em manuscritos iluminados. “É o facto de sabermos, pela inscrição no calendário do livro, que é ele o seu autor e que o encomendante é o rei, de quem era muito próximo, que nos

permite dizer que foi feito de propósito para D. João II e a seu pedido.”

A dita inscrição – “composto pelo lece[n]ciado calçadilha per mandado Del rei ao meridiano e ladeza de Lixboa o anno de 1483” – dá-nos conta da mão de Ortiz de Vilhegas, conhecido como o Calçadilha por referência à localidade perto de Cáceres onde nasceu, em 1457, e do carácter “não usual” do calendário incluído neste Livro de Horas.

“Não é habitual ter num livro de devoção privada, para usar na intimidade, um calendário com informação astronómica precisa, que corrige as posições dos números de ouro, ligados à lua”, explica Henrique Leitão, historiador de ciência que faz parte

do grupo de investigadores que estuda este manuscrito iluminado, núcleo que já fez a sua transcrição e identificou vários dos proprietários que teve desde que foi composto, há quase 540 anos.

Recorrendo aos seus conhecimentos de astronomia e matemática, o prelado castelhano vai ao pormenor de levar em conta as coordenadas da cidade de Lisboa para colocar as fases da lua nos dias certos, algo que não é feito num calendário litúrgico tradicional e que tem implicações na data em que se celebra a Páscoa, acrescenta o historiador.

“O que acontecia com um calendário tradicional é que dizia que a lua ia estar cheia no dia tal e saía-se à rua e não estava ainda – a observação astronómica contrariava o calendário. Ora, o Ortiz faz um calendário em que uma e outra coisa coincidem. Põe as luas nos dias certos, como aliás já se fazia nos calendários usados pelos marinheiros, pelos navegadores”, diz Henrique Leitão, acrescentando que Portugal é o único reino europeu que já em meados do século XV leva matemáticos e astrónomos nas embarcações da exploração oceânica.

Ortiz de Vilhegas, que foi bispo de Tânger, de Ceuta e de Viseu, homem de confiança de D. João II (sentou-se à mesa nas negociações do Tratado

de Tordesilhas que dividiu o mundo conhecido e por conhecer entre as duas coroas ibéricas) e de D. Manuel I, perceptor do futuro D. João III, tem um percurso que devia ser mais estudado, diz o investigador. Francisco Contente Domingues concorda, mas faz questão de relativizar o papel da chamada “junta de matemáticos” (Ortiz de Vilhegas, e os mestres José Vizinho e Rodrigo das Pedras Negras) a quem D. João II confiou a tarefa de avaliar a proposta de exploração dos mares de Cristóvão Colombo, que em 1492 e ao serviço da concorrência (os reis católicos, Fernando e Isabel) acabou por descobrir a América quando se julgava a caminho da Índia.

“Não existe uma estrutura formal com aquilo a que hoje chamaríamos cientistas, matemáticos, na corte de D. João II. O que existe, como noutras, são conselheiros. Ortiz é um dos astrólogos do rei – os seus conhecimentos dos astros também são usados com intuítos divinatórios. Tudo se mistura porque a ciência como hoje a vemos não existia. O próprio [matemático] Pedro Nunes foi astrólogo de D. João III”, diz Contente Domingues, lembrando que D. João II dava grande importância às navegações, mas não mais do que a outros aspectos da governação do reino, em particular o que dizia respeito à sucessão depois da morte do seu herdeiro natural, o príncipe Afonso, num acidente envolto em conspirações.

Seja como for, acredita Delmira Custódio, o estudo do Livro de Horas do monarca poderá trazer informação preciosa sobre o seu reinado, em particular no domínio das artes, já que se sabe muito pouco sobre o mecenato cultural do monarca. “Temos aqui 22 iluminuras, e isso é como ter uma pequena sala de exposições com 22 pinturas que nunca tínhamos visto”, diz a investigadora, que para já chegou à conclusão, com Adelaide Miranda, de que elas saem das mãos de pelo menos dois artistas, embora não consiga ainda identificá-los. “Agora temos de voltar a passar a pente fino toda a iluminura feita durante o reinado de D. João II. E talvez nunca venhamos a saber quem são os artistas deste livro.”

Há na maioria destas iluminuras uma linha negra muito precisa que parece estar lá para corrigir a figura,



o desenho, acrescenta esta investigadora do IEM. E isso acontece porque pode ter sido feito por um mestre e um aprendiz. “Neste livro há correcções, o que não existe, por exemplo, nas *Perfeitíssimas Horas da Rainha D. Leonor*, Livro de Horas da mulher de D. João II, uma obra flamenga. Não tendo a mesma qualidade, o livro do

que até ao momento a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), entidade a que pertence o MNAA, instituição que seria um destino possível para este volume caso o Estado viesse a comprá-lo, ainda não recebeu qualquer proposta de aquisição. A Torre do Tombo (TT), serviço dependente da Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), outra das moradas prováveis, também não.



Grande interesse histórico por ter sido feito para D. João II, com um bispo-cosmógrafo pouco estudado

Joaquim Caetano

Director do MNAA

rei mostra-nos que há em Portugal uma prática da iluminura já em fase de consolidação que leva a que mais tarde se afinja o nível que vemos na *Leitura Nova* [colectânea de cópias de documentos oficiais iluminada que D. Manuel I manda fazer em 1504 e que tem António de Holanda, artista educado nos Países Baixos, entre os autores] e no Livro de Horas dito de D. Manuel [1517-c.1551, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA)]. Isso não acontece do nada.”

Estará à venda?

Paulo de Cantos, actual proprietário do códice agora em estudo, herdou do avô o nome e um extenso acervo bibliográfico por catalogar, contou o *Expresso* em Março, e muito provavelmente não fazia ideia de que o pequeno Livro de Horas pertencera a D. João II. Paulo de Cantos, *designer* modernista que foi sócio da galeria-alfarrabista Biblarte, em Lisboa, ponto de encontro de poetas e artistas, morreu em 1979, talvez sem o saber.

O PÚBLICO não conseguiu entrar em contacto com o dono deste livro de orações com mais de 500 anos e não pôde, por isso, averiguar se tenciona vendê-lo, nem sequer se terá já mandado avaliá-lo. Sabe, no entanto,

“Não tivemos qualquer contacto do proprietário ou de outra pessoa em seu nome”, diz Silvestre Lacerda, responsável máximo da DGLAB e, por inerência, director da Torre do Tombo, o mais importante dos arquivos nacionais. “De qualquer forma, seria mais lógico que a compra de um volume desta natureza fosse proposta à Biblioteca Nacional [de Portugal, BNP], para onde, aliás, já transferimos Livros de Horas da colecção da Torre do Tombo.” Até à hora do fecho desta edição não foi, no entanto, possível obter esclarecimentos de Inês Cordeiro, directora da BPN.

Seja como for, tanto Joaquim Caetano como Silvestre Lacerda dizem que a obra poderá vir a revelar-se muito interessante, sobretudo do ponto de vista documental. “Só vendo ao pormenor saberemos”, diz o director da TT. “É preciso esperar pelo estudo aprofundado.”

“As imagens que se conhecem dos jornais não servem para avaliar a qualidade artística do livro. Para isso, é preciso tê-lo à frente, analisá-lo, e eu ainda não o vi”, diz o director do MNAA. “Do que já li, parece-me ter, acima de tudo, um grande interesse histórico por ter sido feito para D. João II, com a participação de um bispo-cosmógrafo ainda pouco estudado.”

Por que razão quis este poderoso monarca um livro de orações feito em Portugal quando a sua mulher, também como ele neta de D. Duarte, importava os seus, artisticamente muito superiores? Por que razão quis que nele houvesse um calendário com a precisão do dos navegadores? E o que pode este livro dizer-nos sobre a arte em Portugal no fim do século XV? Estas e outras perguntas poderão encontrar resposta em breve.

lucinda.canelas@publico.pt